



VILA FLORES: UM ESPAÇO DE COLABORAÇÃO TRANSESCALAR

Carolina Gallo Garcia (UFRGS) - carolinagarcia3@gmail.com

Renata Carrero Cardoso (UFRGS) - recarrero@gmail.com

Resumo:

O presente artigo busca compreender a espacialidade da Associação Cultural Vila Flores, complexo cultural localizado no IV Distrito de Porto Alegre enquanto resultado de ações orquestradas pelos princípios de seu modelo organizacional, incide ou relaciona-se com o território no qual está inserida. A relevância do estudo justifica-se pela compreensão de que há uma forte interação entre o ambiente físico, o organizacional (sistema de ações) e o social, remetendo à experiência e construção de uma espacialidade que é capaz de repercutir em uma ordem territorial.

Palavras-chave: *Cidades Criativas; Economia Colaborativa; Patrimônio; Espaço*

Área temática: *GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades*

VILA FLORES: UM ESPAÇO DE COLABORAÇÃO TRANSESCALAR

Autoras:

Mestranda Carolina Gallo Garcia. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carolinagarcia3@gmail.com

Mestranda Renata Carrero Cardoso. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: recarrero@gmail.com

Palavras-chaves: Cidades Criativas; Economia Colaborativa; Patrimônio; Espaço.

Contextualização

Os contornos de uma “nova economia” baseada na colaboração e no aumento de insumos simbólicos nas atividades tradicionalmente econômicas podem ser observados em uma gama de novos empreendimentos contemporâneos. Enquanto dimensões da vida social, cultura e economia estruturaram-se na modernidade como esferas essencialmente opostas. Na contemporaneidade, o destaque dessa discussão recai sobre a crescente sinergia entre colaboração, arte e economia. Esta relação será abordada por este trabalho a partir de um contexto específico, desde a conformação da espacialidade da Associação Cultural Vila Flores, um espaço multidisciplinar situado em um complexo arquitetônico de 1.400m² na cidade de Porto Alegre, na região do IV Distrito.

Ao largo do século XX, sobretudo a partir do período Pós-Guerra, transformações evidenciaram uma nova performatividade do capitalismo a partir da aproximação crescente de setores econômicos com a dimensão estética, criativa e colaborativa que esboçam novas feições às práticas capitalistas tradicionais. Contemporaneamente, associa-se tal contexto à proliferação das formas organizacionais de princípios colaborativos (BASSO, C. et al, 2016) e, por consequência, da gestão colaborativa de espaços de criatividade como a proposta pela Vila Flores. O projeto orientador desta Associação Cultural tem por princípio a constituição de um espaço multifuncional com objetivo de abarcar atividades de Arte e Cultura, Educação, Empreendedorismo e Arquitetura e Urbanismo através de um modo de gestão colaborativo entre seus

residentes. Atualmente o espaço da Associação Cultural abriga 21 empreendimentos sociais, criativos, tecnológicos e artísticos, cujas origens e intenções evidenciam-se pelo fragmento abaixo:

(...) a apropriação dos espaços de convívio foi de alguma forma se ampliando ou pelo menos sendo reivindicada e neste conjunto de ações o Projeto Vila Flores tornou-se mais uma possibilidade de alavancar práticas artísticas colaborativas em diálogo com a cidade, o bairro e a comunidade. Um forte núcleo de artistas de diversas áreas, designers, músicos, arquitetos, jornalistas, engenheiros, ambientalistas, professores, historiadores e moradores do bairro em suas diferentes atribuições profissionais tem juntado forças em prol da revitalização deste espaço e de sua transformação em um centro cultural que possibilite a produção colaborativa de bens tangíveis e intangíveis, de produtos e saberes a serem compartilhados. (WALLIG e SIELSKI, p. 3013, 2013)

O estudo sobre a Vila Flores surge do interesse suscitado pela ampla midiaticização e atenção recebida pela Associação Cultural, tanto por parte dos agentes da chamada “classe criativa” local (FLORIDA, 2002) quanto por parte dos agentes públicos. Mais ainda, a Associação Cultural tem recebido também reconhecimento em âmbito nacional e internacional: somente em 2016, tornou-se um Ponto de Cultura do Ministério da Cultura, foi selecionada para a 15ª Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza e participou do Simpósio de Cultura de Weimar do Instituto Goethe, na Alemanha.

Construído pelo renomado arquiteto José Lutzemberger entre os anos de 1925 e 1928, o complexo que sedia a Associação Cultural é composto por um conjunto de três edificações que integram a lista do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis enquanto imóveis de Estruturação, em instância municipal.¹ Além disso, a promoção e desenvolvimento do chamado IV Distrito, local onde o complexo está situado, destaca-se no topo das estratégias municipais de estruturação urbana, qualificação ambiental e promoção econômica, conforme diretrizes definidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. A partir destas diretrizes, desenha-se atualmente no âmbito municipal, um plano de revitalização urbana via reconversão econômica que teria os setores criativos e culturais como vetores para o redesenvolvimento da região. Tal estratégia nasce respaldada por *cases* cujas experiências positivas em termos de redesenvolvimento econômico tornaram-se referência para a replicação enquanto modelos de urbanização, tendo por justificativa a identificação de características

¹ Bens imóveis inventariados como de estruturação devem ter suas características externas preservadas, enquanto os bens imóveis tombados devem ter suas características originais internas e externas preservadas.

históricas e processos sócioespaciais semelhantes ao do contexto local, segundo as denotações que tem sido atribuídas pelos agentes envolvidos no processo.

O cultivo dos setores criativos através de “distritos artísticos” tem tomado a frente na revitalização urbana nos últimos anos, com frequência se utilizando do estoque de edifícios históricos para criação destes ambientes (CHAN, 2011). Desta forma, contribuindo para que haja uma convergência entre os interesses dos setores de produção do espaço urbano e dos demais setores de ponta do desenvolvimento econômico. Nos estágios mais avançados de desenvolvimento do modo de produção capitalista, observa-se “a co-localização dos espaços de produção e consumo de bens criativos, como componentes no desenvolvimento da indústria criativa de uma região.” (CHAN, 2001, p.1). As formas ou características de produção e de consumo, próprias deste setor econômico, é exatamente o que vai possibilitar que estes se desenvolvam sobre as mesmas coordenadas geográficas, designando novas relações e dinâmicas sócio-espaciais, que por consequência, incidem sobre as potencialidades do setor na economia e também sobre seus modelos organizacionais. As ações sobre o território operadas pela Associação Cultural, utilizam-se destas mesmas prerrogativas, apontam para as mesmas direções de territorialização e estabelecem as bases para a significação de uma espacialidade produzida por um sentido colaborativo.

Em termos de modelos organizacionais, buscou-se captar os princípios da Associação Cultural Vila Flores a partir de visitas exploratórias ao local e entrevistas. Em um evento promovido pela Associação Cultural para apresentação de sua história, percebe-se que a organização se afirma enquanto plataforma para a produção de bens tangíveis e intangíveis; e vale-se da criação de um espaço tipicamente colaborativo, auto-organizado e auto-gerido, não hierarquizado, onde todas as decisões são tomadas de forma coletiva em reuniões semanais dos residentes, bem como a sua operacionalização também realiza-se coletivamente. Tal perfil organizacional é visto pela literatura contemporânea como pequenas rupturas onde os atores sociais promovem modos de vida alternativos ao modelo econômico dominante (BASSO, C. et al, 2016). Verifica-se ainda que a ação da Associação é proposta tendo por objetivo o estabelecimento de três níveis de conexão, em todas tendo por princípio, ideais colaborativos: conexão entre os empreendedores criativos (relação com residentes e não residentes criativos), conexão entre empreendedores criativos e a cidade (relação com vizinhança e com agentes públicos), conexão entre os empreendedores criativos e o mundo (relação com *cases* de referência).

Neste sentido, percebe-se que a Associação se firma em valores passíveis de classificá-la enquanto uma organização colaborativa, com atuação tanto local quanto global, ao alinhar-se com as características descritas na literatura:

Outro aspecto característico das organizações colaborativas é que seu modelo organizacional desafia os modos tradicionais de pensar, indo além das convencionais polaridades sobre as quais os modernos modelos organizacionais dominantes foram construídos: privado/público; consumidor/produtor; local/global; necessidade/desejo. As organizações colaborativas, de fato, propõem soluções onde os interesses privados, sociais e ambientais podem convergir (...). São iniciativas profundamente enraizadas localmente, mas, ao mesmo tempo, fortemente conectadas com outras semelhantes em escala internacional. Finalmente, e mais importante, são formas de organização em que por serem todos participante ativos, as distinções entre os papéis de produtor e de usuário/consumidor se diluem. (MANZINI, 2008, p.72)

Se as práticas das organizações colaborativas podem ser categorizadas enquanto práticas alternativas, e atuais, aos modelos de pensamento hegemônico oriundos da modernidade, ao tentarmos compreender a incidência de suas práticas sobre o território, poderíamos por analogia, remetermo-nos às práticas espaciais classificadas por Certeau (1994) enquanto táticas? De acordo com a abordagem certeuniana, as práticas do espaço se dão a partir de duas tipologias distintas: estratégias e táticas. A primeira refere-se às práticas do Estado e do Mercado, como as ordenações impostas ao território. Enquanto que a segunda refere-se às práticas cotidianas operadas a partir das fendas permitidas pela ordem dominante.

Nas perspectivas dos estudos territoriais, as determinações sobre o território podem se dar sobre justificativas mais funcionalistas, ou seja, em suas bases de argumentação políticas-econômicas ou sobre justificativas de cunho simbólico, ou em suas bases político-culturais. Estas justificativas podem ser acionadas em função das dinâmicas de poder e dos interesses conflitantes coexistentes sobre um território. Segundo Araújo (2007), a construção de um território deriva de uma taxonomia efetuada por agentes sociais, constituindo signos e assim materializando relações significadas. O autor lança mão do conceito de territorialização, uma ação, mesmo que discursiva, sobre o território com a finalidade de garantir o domínio e a reprodução enquanto grupo social ou enquanto indivíduo sobre este território, numa prática de dominação e apropriação capaz de revelar as múltiplas escalas e dimensões, bases materiais ou imateriais nas quais o poder é capaz de manifestar-se na busca da instauração de uma realidade espacial, de uma essência do espaço.

Retomando o caso aqui estudado, pode-se atribuir a espacialidade da Vila Flores à combinação de dois fatores: como resultante de seu sistema de ações (modelo organizativo) e sistema de objeto (complexo arquitetônico), onde os padrões espaciais se dão ao mesmo tempo na sua relação morfológica e funcional (SANTOS, 2014 [1996]). Desta maneira, o espaço pode ser visto como elemento-chave da Associação Cultural, cujo caráter imagético é também potencializado por sua estrutura arquitetônica e pátio interno, que isolam a visibilidade da rua, e são constituidores da experiência de um lugar singular da cidade, contribuindo para a construção de uma essência do espaço (espacialidade). Desta constatação, entende-se: 1) a espacialidade como resultante de um espaço imbuído de significado (colaborativo), promovido por uma intencionalidade e orientado a atingir um objetivo específico - pressupondo-se portanto, algo estático; 2) esta espacialidade instituída entra em paradoxal oposição conceitual com o caráter sistêmico das organizações colaborativas, cujo equilíbrio interior é dependente do meio ambiente onde se encontram, influenciando e sendo influenciado por ele (BASSO et al, 2016, p. 326) - devendo ser portanto, dinâmico. Compreender o espaço a partir de suas socialidades estabelecidas resulta vislumbrá-lo enquanto uma materialização da vida social (SOJA, 1993) onde as práticas institucionais moldam e contribuem para moldar as relações presentes na Vila Flores. Precisamos ir além da realidade material, para a qual a matriz geográfica do espaço nos remete, para compreender o espaço como algo também produzido pelos valores e significados que a ele perpassam e que nascem das complexas e dinâmicas condições relacionais da sociedade.

Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo, compreender de que maneira a espacialidade da Associação Cultural Vila Flores, resultante da ação orquestrada pelos princípios de seu modelo organizacional, incide ou relaciona-se com o território no qual está inserida. Tal objetivo justifica-se pela compreensão de que há uma forte interação entre o ambiente físico, o organizacional (sistema de ações) e o social, remetendo à experiência e construção de uma espacialidade que é capaz de repercutir em uma ordem territorial.

Metodologia

A fim de compreender as relações com o território produzidas pela espacialidades da Associação Cultural Vila Flores, esta pesquisa realizou questionários exploratórios com perfis distintos de usuários: dez entrevistas aplicadas nos arredores da Associação e dez

entrevistas com visitantes da Vila Flores, procurando verificar quais dispositivos narrativos de colaboração e criatividade despontam como peças-chaves dessa composição do espaços. Complementarmente, realizou-se entrevista em profundidade com membros residentes da Associação Cultural Vila Flores como forma de se atingir o refinamento da compreensão de sua estrutura e funcionamento organizacional, tanto internamente ao complexo criativo, quanto a sua atuação e projeção externas ao complexo.

Conclusões

No cenário que se projeta a partir das relações econômicas e culturais contemporâneas, verifica-se a insurgência de novos arranjos de governança entre público, privado e sociedade civil. Nesses novos arranjos, o limiar entre as intencionalidades operadas pelos praticantes do espaço, tornaram-se mais imprecisas. Assistimos a uma nova forma de ação sobre o território posta em marcha por agentes que, em princípio, poderiam ser considerados agentes táticos, uma vez que projetam-se como agentes transformadores capazes de minimizar as polaridades geradas pelos modelos tradicionais do pensamento economicista, mas que ao alinharem-se aos interesses dos agentes estratégicos, hibridizam-se entre as duas tipologias de práticas. No tangenciar dos modelos organizacionais colaborativos com as problemáticas territoriais, observa-se a emergência de uma forma de ação transescalar, onde a transescalaridade, se manifesta nas formas de ação da Associação Cultural abordada por este trabalho e nas relações que esta estabelece nas esferas local, municipal e nacional ou internacional. A espacialidade da Associação Cultural Vila Flores acaba incidindo também sobre a espacialidade da região do IV Distrito. O modelo organizacional da Associação embora demonstre eficácia enquanto um sistema colaborativo entre os profissionais criativos, principalmente dentre os profissionais residentes do complexo arquitetônico, não pode ser verificado no transbordar das características provenientes desta espacialidade para o território no qual a Associação está inserida. Tal modelo organizacional não contempla a participação e colaboração ativa de todos os atores presentes no território, mas contribui para construção de um discurso que pretende instaurar a mesma espacialidade na região do IV Distrito, sendo aproveitada pelos agentes estratégicos como um disparador, elemento legitimador, capaz de reacender os debates em prol da revitalização da região do IV Distrito, que se arrastam por mais de três décadas na cidade de Porto Alegre, alinhando-se assim aos interesses do capital privado. Portanto enquanto modelo que se propõe como inovador e como potencial transformador do território, entende-se que as ideias ainda permanecem fora do lugar. Na

prática, verifica-se que as territorializações empreendidas acabam objetivando e tendo como resultado uma nova ordenação do território que, antes de ser um meio de alavancar práticas colaborativas de forma generalizada abarcando a totalidade dos atores sociais, é necessária à replicação de um modelo de revitalização urbana que tem sido idealizado por e para aqueles que dispõem de possibilidades de alinharem-se a este modelo.

Referências Bibliográficas:

ARAUJO, F. G. B. 2007. "Identidade" e "Território" enquanto simulacros discursivos. In: Araujo, F. G. B. e Haesbaerth, R. Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro, Access

BASSO, C. M.; FRANZATO, C.; FREIRE, K.; BORBA, G. S.; *Organizações Colaborativas como sistemas abertos: Contribuições do metaprojeto para fomentar ações de inovação social*, p. 319-330 . In: Anais do 5º Simpósio Brasileiro de Design Sustentável [=Blucher Design Proceedings, v.2, n.5]. São Paulo: Blucher, 2016.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis. Vozes, 1994. (Artes de fazer, v.1)

CHAN, R. C. *Old Buildings, New Ideas: Historic Preservation and Creative Industry Development as Complementary Urban Revitalization Strategies*. (Masters Thesis). University of Pennsylvania, Philadelphia, PA. 2011

CLEGG, S. R.; KROMBERGER M. *Introduction: Rediscovering Space*. In: CLEGG, S. R.; KROMBERGER M. (eds.). *Space, Organizations and Management Theory*. CBS Press and the authors, 2006.

MANZINI, E. *Design para inovação social e sustentabilidade: Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. 8ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2014 (1996).

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

WALLIG, A.; SIELSKI, L. *Projeto Vila Flores. Práticas artísticas colaborativas pela revitalização de processos criativos no meio urbano*. In: Anais do 22º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas: Ecosistemas Estéticos / Afonso Medeiros, Idanise Hamoy, (Orgs.). 1. Ed. Belém: ANPAP;PPGARTES/ICA/UFPA, 2013.